

# Este Modelo não Serve Mais: Mudando o Compromisso dos EUA para com a Força Multinacional e Observadores

Tenente-Coronel Thomas W. Spoehr, Exército dos EUA

Traduzido da Revista *Parameters*, Autumn 2000

EM 17 DE MARÇO DE 1982, um dia de céu claro e temperatura amena, o Tenente-Coronel William Garrison, comandando 670 oficiais e elementos do 1º Batalhão, 505º Regimento de Infantaria Aeroterrestre, pousou num remoto campo de aterrissagem na parte sul da Península do Sinai. Entre elementos da mídia e distinguidos dignitários, o TC Garrison e seu batalhão chegaram para assumir sua histórica designação como o primeiro escalão — contribuição dos EUA — da recém constituída organização da Força e Observadores Multinacionais (*Multinational Force and Observers — MFO*).<sup>1</sup> Oficialmente formado durante as negociações do Acordo de Camp David, em 1979, a *MFO* recebeu a missão de supervisionar os protocolos de segurança do acordo firmado entre Israel e Egito. Pouco sabia o TC Garrison que o seu batalhão seria simplesmente o primeiro entre os 39 rodízios dos batalhões de Infantaria comprometidos com a missão da *MFO*, durante mais de 17 anos.

Hoje a *MFO* é uma organização internacional independente consolidada, desde o início, em partes iguais pelos governos do Egito, de Israel e dos EUA. Por meio das contribuições militares dos EUA e de outros dez países, é um exemplo de uma organização de manutenção da paz de grande sucesso. Este sucesso tem auxiliado a alterar o ambiente no Oriente Médio que, na atualidade, é totalmente diferente de 1979. No entanto, a *MFO* mudou muito pouco com o passar dos anos e se encaixou no ditado popular que diz que “se o sapato serve, vista-o”. Sendo assim o atual modelo não serve mais. Ele deveria ser modificado em função da presente situação. Baseado nos desenvolvimentos regionais e mundiais, fazem-se necessárias mudanças para a *MFO*, a qual pode prever um relacionamento mais maduro entre egípcios e israelenses, e reduzir a sobre-

carga de recursos das nações contribuintes e liberar as forças norte-americanas para outros compromissos mais urgentes. Atualmente, é de suma importância realizar uma revisão precisa da *MFO*, já que os Estados Unidos estão considerando a possibilidade de fornecer mantenedores de paz para proteger mais outro acordo árabe-israelense, neste caso entre a Síria e Israel.

## Antecedentes

Durante os últimos 50 anos, o deserto da Península do Sinai tem sido palco de muitos conflitos e subseqüentes atividades de manutenção da paz. Os abalos surgidos após a criação do estado de Israel levaram as Nações Unidas a autorizar a primeira missão de manutenção da paz — Organização da ONU para a Supervisão do Armistício (*UN Truce Supervisory Organization — UNTSO*) — a fim de supervisionar, em 1948, a paz entre Israel e seus vizinhos árabes. Essa missão ainda existe, mantendo quatro oficiais em um posto fronteiriço no Sinai.<sup>2</sup> Após a bem-sucedida invasão do Sinai por Israel em 1956, e a sua subseqüente retirada, a ONU colocou, no início de 1957, uma força de manutenção da paz no Sinai chamada de Força de Emergência da ONU (*UN Emergency Force — UNEF I*). Pouco tempo antes da guerra de 1967, a *UNEF I* foi retirada a pedido do Presidente egípcio Nasser.<sup>3</sup> A remoção desta força contribuiu para que Israel perdesse a confiança no sistema de manutenção da paz da ONU. Em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias, Israel capturou toda a Península do Sinai, ocupando a área até a Guerra do Yom Kippur. Após o cessar-fogo, em 1973, seguido dos Acordos de Desengajamento em 1974, a ONU desdobrou outra missão de paz, a *UNEF II*, em 1974. Esta missão chegou a um total de 7.000 militares na região. Em 1976, devido a insistência de Israel, os Estados Unidos também organizaram e desdobraram um pequeno grupo de observadores civis norte-americanos, denominado de Missão de Campanha do Sinai (*Sinai Field Mission — SFM*), com o objetivo de auxiliar a observação do armistício e o

O autor agradece o assessoramento do Dr David Jablonsky, da Escola de Guerra do Exército dos EUA; do Major Tom Mahoney, QG, Departamento do Exército; Sr Robert Krantz do Departamento de Estado; e Coronel Larry Foster, da Escola de Guerra do Exército dos EUA.



Figura 1. Áreas do Acordo da MFO

monitoramento dos sensores nos passos de Giddi e Mitla. Os acordos de cessar-fogo, bem como outros supervisionados pela *UNEF I*, *UNEF II* e *SFM*, nada mais eram do que armistícios militares e nunca representaram uma paz duradoura.<sup>4</sup>

O Acordo de Paz assinado em 26 de março de 1979 pelo Primeiro-Ministro Menachem Begin e pelo Presidente Anwar Sadat, mediado pelo Presidente Jimmy Carter, marcou uma mudança fundamental no ambiente geopolítico do Oriente Médio. Representou também um extraordinário risco para todas as partes envolvidas — para os egípcios por dividir o bloco árabe, e para Israel por abandonar o Sinai. O acordo foi cuidadosamente articulado visando acomodar as principais preocupações das duas nações: o Egito recuperaria a soberania do Sinai, e Israel teria uma paz garantida. O referido acordo continua a ser um dos maiores empreendimentos diplomáticos de um Presidente norte-americano. O Acordo de Paz explicitava que as forças de manutenção da paz da ONU supervisionariam a sua implementação. As medidas de segurança descritas no tratado eram uma das mais completas e detalhadas jamais formuladas. O Sinai foi dividido em dois setores, e rigorosos limites foram especificados para as forças militares em cada zona.<sup>5</sup> A tarefa prevista para a força de manutenção da ONU era supervisionar a retirada de todas as forças e a

subseqüente aderência, por ambas as nações, aos limites de tropas nas áreas estabelecidas e mais outras restrições. Antecipando que o acordo de paz mediado pelos EUA pudesse ter problemas quanto ao apoio no Conselho de Segurança da ONU, Israel insistiu na idéia de que os Estados Unidos tomariam a liderança, caso necessário, de estabelecer uma organização de manutenção da paz alternativa. Na medida em que se aproximava a data para a assinatura do acordo de paz, aumentava a pressão sobre os EUA para que decidisse se proporcionaria aquele tipo de garantia. O acordo que os norte-americanos liderariam a organização de uma força de fora da ONU, caso houvesse necessidade, não foi definido até o dia em que o tratado foi assinado. Essa idéia havia sido transmitida em cartas idênticas enviadas pelo Presidente Carter à Begin e Sadat.<sup>6</sup>

Israel suspeitava, corretamente, que a ONU não consideraria uma boa idéia o pedido de uma missão de paz para o Sinai. No que pode ser considerado uma “casualidade da Guerra Fria”, o Conselho de Segurança da ONU notificou aos EUA, no dia 18 de maio de 1981, que não tinha chegado a um consenso para organizar uma força de manutenção de paz que se incumbisse das missões constantes do acordo de paz.<sup>7</sup> Este fracasso foi atribuído às drásticas posições assumidas pelos “angustiados países árabes, pelo zangado bloco soviético, e pelos estados pró-árabes do Movimento dos Países não Alinhados.”<sup>8</sup> Na época, o Secretário Geral da ONU, Kurt Waldheim, não concordava totalmente com a idéia de estabelecer precedente e conduzir operações de manutenção da paz quando já havia um acordo de paz assinado.<sup>9</sup>

Ao mesmo tempo, havia uma crescente necessidade de se encontrar uma organização que supervisionasse os aspectos de segurança do acordo. Entre julho de 1979, quando a *UNEF II* foi dissolvida, e maio de 1981, a Missão de Campanha do Sinai supervisionou os acordos de segurança. Após a ONU haver-se negado a proporcionar uma força e sob pressão dos israelenses, os quais haviam proposto retardar sua retirada até que um força de manutenção de paz fosse desdobrada, os EUA foram forçados a implementar sua última e preferida linha de ação: o estabelecimento de uma nova organização de manutenção da paz que não fosse patrocinada pela ONU.<sup>10</sup> Representantes do Egito e de Israel (mencionados no tratado como “partidos”) e os Estados Unidos reuniram-se para estabelecer as regras e procedimentos da operação para a referida organização, que ficou conhecida como Força e Observadores Multinacionais. Este esforço culminou com a assinatura do Protocolo do Acordo de Paz, no dia 3 de agosto de 1981. O protocolo traduziu os termos do acordo em tarefas e

Carros de combate israelenses nas Colinas de Golã, durante a Guerra dos Seis Dias em 1967.



Foto: Embaixada de Israel

**Em 1967, durante a Guerra dos Seis Dias, Israel capturou toda a Península do Sinai, ocupando a área até a Guerra do Yom Kippur. Após o cessar-fogo, em 1973, seguido dos Acordos de Desengajamento em 1974, a ONU desdobrou outra missão de paz, a *UNEF II*, em 1974. Esta missão chegou a um total de 7.000 militares na região.**

responsabilidades executáveis. Naquele mesmo dia Alexander Haig, Secretário de Estado dos EUA, enviou uma carta para ambos governos prometendo que os Estados Unidos iriam contribuir com um Batalhão de Infantaria, uma unidade logística e observadores civis para a *MFO*.<sup>11</sup> Vale notar que o protocolo especificava que as mudanças na *MFO* só seriam feitas após “um acordo mútuo entre as partes”.<sup>12</sup> Preocupado, talvez, com a natureza efêmera das missões anteriores da ONU, Israel resistia aos esforços para incluir um mecanismo dentro do Protocolo para que fossem consideradas mudanças periódicas na *MFO*.<sup>13</sup>

Embora o tempo de preparação fosse limitado, um concentrado esforço pelas duas partes e pelos EUA, bem como pelas nações contribuintes, permitiu que a *MFO* fosse preparada para assumir a sua missão no dia 25 de abril de 1982, como previsto. Foram identificadas as nações que contribuiriam com forças militares. As unidades receberam adestramento e foi agilizada a construção das instalações necessárias.<sup>14</sup> Pela primeira vez, as tropas norte-americanas foram o esteio de uma presença multinacional sob os auspícios da ONU. Talvez os EUA possam consolar-se com

o fato de que as instalações da *MFO* foram planejadas para durarem 10 anos.<sup>15</sup>

## A *MFO* Hoje

Ao contrário das operações de imposição da paz realizadas em países como a Bósnia, Kosovo e Timor Leste, a missão da *MFO* baseia-se na tradicional “operação de manutenção da paz”: o emprego de forças militares, com o consentimento das partes beligerantes, a fim de manter os acordos de cessar-fogo, armistícios ou outros acordos interinos. A missão da *MFO* é monitorar as atividades militares no Sinai; dar continuidade aos pedidos de qualquer uma das partes sobre observação adicional; e, através do emprego de pequenas viaturas de patrulha, assegurar a liberdade de navegação no Estreito de Tiran.<sup>16</sup> (Ver figura 1). Além de sua independência da ONU, o que diferenciava a *MFO* das outras operações de manutenção da paz naquela época era ser a única operação constituída e mantida para supervisionar um acordo de paz já concretizado.<sup>17</sup>

O QG da *MFO* está localizado em Roma, mas sua força e os observadores se encontram na Península do Sinai. O

diretor geral dessa organização, com seu estado-maior, conduzem todas as atividades, mantendo contato com as partes por intermédio dos oficiais de ligação (Olig), localizados no Cairo e em Tel Aviv. Um oficial general localizado em El Gorah, ao norte do Sinai, comanda as forças da *MFO*, os observadores e as unidades de apoio. Embora 10 nações sejam consideradas nações contribuintes oficiais, a Noruega também cede alguns oficiais de estado-maior, elevando a onze o número de nações participantes. A organização e as principais unidades da *MFO* são mostradas na figura 2, destacando os organizações dos EUA.<sup>18</sup>

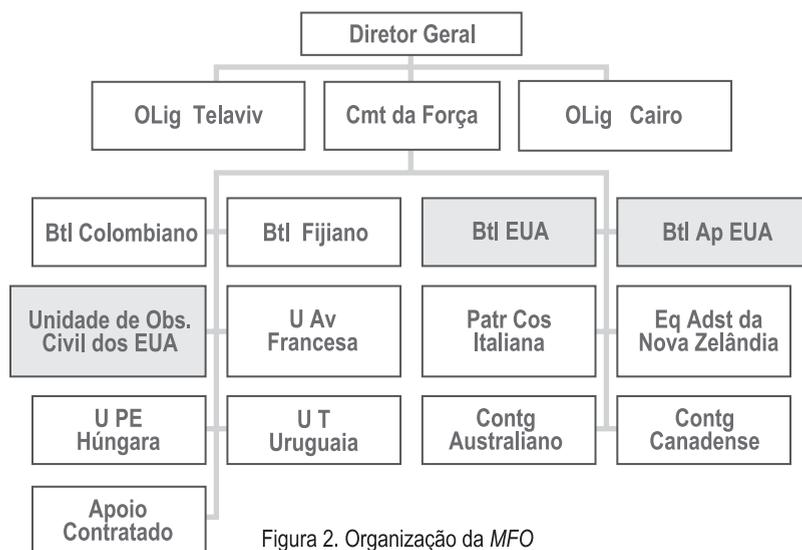


Figura 2. Organização da *MFO*

Três tipos de recursos principais são necessários para que a *MFO* possa operar: equipamento militar, financiamento e efetivo militar. O equipamento necessário é modesto, e com exceção de periódicas substituições, o resto já se encontra na área. A *MFO* recebeu barcos de patrulha costeira da Itália e helicópteros dos EUA. Segundo o acordo, o financiamento deveria ser fornecido em partes iguais pelo Egito, Israel e Estados Unidos. Contribuições monetárias adicionais são feitas pelo Japão, Alemanha e Suíça. Desde 1995, o orçamento anual da *MFO* tem permanecido aproximadamente em \$ 51 milhões. *AMFO*, por meio da contenção de despesas, eficácia e pessoal contratado, vem conseguindo reduzir suas despesas em mais ou menos 30% desde 1988. Da mesma forma reduziu o efetivo militar de 2.692 em 1984 para 1.844, sendo que deste total, 880 são norte-americanos.<sup>19</sup>

A *MFO* conduz dois tipos básicos de operações: observações desde pontos predeterminados dentro da Zona C, pelos três Batalhões de Infantaria, e observações e inspeções móveis conduzidas pela unidade de observação civil nas áreas A, B, C e D. (Ver na figura 1 a localização das zonas

do acordo). A área C de observação militar tem aproximadamente 375km de profundidade por 20km de largura e é controlada pelo batalhão fijiano ao norte, o batalhão colombiano ao centro, e o batalhão norte-americano ao sul.<sup>20</sup> Durante as negociações concernentes às medidas de segurança do acordo, os EUA esperavam depender principalmente dos observadores, mas Israel insistia em forças militares, presumivelmente procurando um maior envolvimento político norte-americano.<sup>21</sup> A unidade de observadores civis (*Civilian Observer Unit — COU*), descendente direta da Missão de Campanha do Sinai, é o recurso a longo prazo da *MFO*. Acompanhado dos Olig de Israel e do

Egito, a unidade de observadores civis realizou inspeções periódicas em todas as zonas para assegurar de que as partes estavam cumprindo com o limite de forças impostas bem como outras restrições. Eles também acompanharam as questões apresentadas por qualquer uma das partes.<sup>22</sup> Nessas e em outras operações, a tarefa da *MFO* é facilitada pela geografia e demografia do Sinai. Por exemplo, ao contrário dos desafios enfrentados pela Força Interina da ONU no Líbano (*UN Interim Force in Lebanon — UNIFIL*), por exemplo, existe um considerável espaço com o qual pode-se separar os ex-combatentes e a área é, em geral, livre de facções terceiristas procurando desgastar o processo de paz.<sup>23</sup> *AMFO* teve muita sorte em ter uma missão extremamente bem definida e uma tradição de manutenção de paz no Sinai

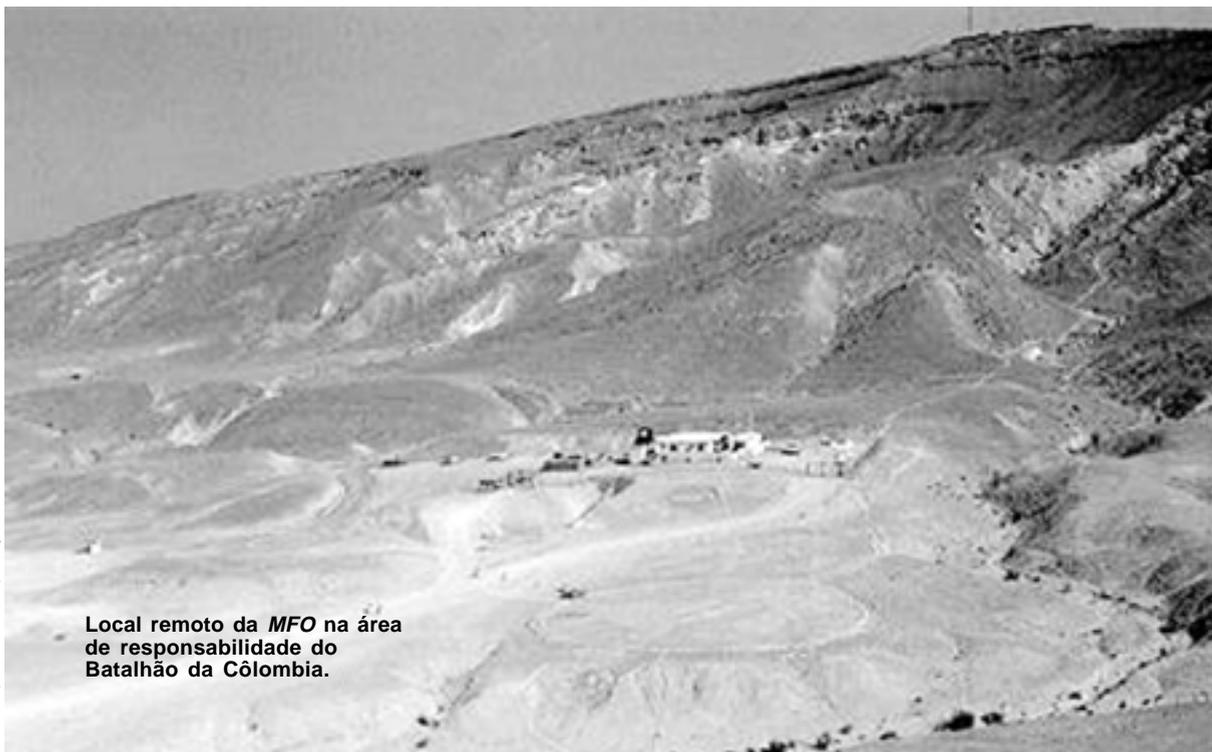
onde se apoiar e crescer. Na verdade, como demonstra John Mackinley, “Nenhuma outra força de paz foi precedida de tantas negociações e de forças transitórias”.<sup>24</sup>

Internacionalmente reconhecida como uma organização de manutenção de paz singular, não pertencente a ONU, a *MFO* tem sido estudada por numerosos *experts* para determinar se esse sucesso pode ser duplicado em qualquer outro lugar. Esses estudos concluíram que, enquanto um gerenciamento competente ocupou lugar de destaque na eficácia da *MFO*, a luta nos bastidores para a continuação da paz no Sinai tem sido fazer com que as forças beligerantes cheguem a um consenso político de aquiescer completamente com os termos do acordo. Dadas as circunstâncias geográficas, políticas e organizacionais similares, os entendidos concluíram que outras organizações de paz como as Nações Unidas podem conseguir resultados semelhantes.<sup>25</sup>

## Ambiente Geopolítico Atual

Desde 1979 a paisagem política no Oriente Médio tem mudando radicalmente. Quase ao mesmo tempo que o último tiro ecoou através dos campos de batalha em 1973, as

Foto: Major Alan Woolley, Forças Canadenses



Local remoto da *MFO* na área de responsabilidade do Batalhão da Colômbia.

**Ao contrário das operações de imposição da paz realizadas em países como a Bósnia, Kosovo e Timor Leste, a missão da *MFO* baseia-se na tradicional “operação de manutenção da paz”: o emprego de forças militares, com o consentimento das partes beligerantes, a fim de manter os acordos de cessar-fogo, armistícios ou outros acordos interinos. A missão da *MFO* é monitorar as atividades militares no Sinai; dar continuidade aos pedidos de qualquer uma das partes sobre observação adicional; e, através do emprego de pequenas viaturas de patrulha, assegurar a liberdade de navegação no Estreito de Tiran.**

nações árabes, lideradas pelo Egito, perceberam que não há solução militar para lidar com Israel.<sup>26</sup> O legado da União Soviética diminuiu ainda mais qualquer possibilidade de uma crise ao eliminar a probabilidade de conflito entre as superpotências na região. Desde os acordos de Camp David, nações como o Egito e a Síria têm estado ao lado das forças de coalizão lideradas pelos EUA para derrotar o Iraque em uma operação conjunta inconcebível uma década atrás. A Jordânia e Israel concluíram o acordo de paz em 1994, e a Síria e Israel retomaram as negociações de paz. Assumindo o seu cargo em maio de 1999, com uma promessa política de negociar a paz com a Síria, o Primeiro Ministro de Israel Ehud Barak, procura arduamente forjar um acordo final de paz. Como serão afetadas as negociações após a morte do Presidente sírio Hafez Assad, ainda não está bem claro. Atualmente, qualquer desacordo significativo entre Egito e Israel gira em volta de temas econômicos ao invés de segurança.<sup>27</sup> A relação entre estas nações hoje em dia é de uma “paz fria”, isto é, um relacionamento cauteloso entre dois

países vizinhos; uma situação normal em relações internacionais, muito comum em todo o mundo.

Da mesma forma, as relações Israel-Estados Unidos mostraram um grande progresso desde 1970. Foi apenas no período entre 1967 e 1977 que sucessivas administrações norte-americanas começaram a forjar o que Embaixador dos EUA em Israel, Samuel W. Lewis, chamou de “relacionamento estratégico rudimentar”. Apesar desta mudança, os EUA continuaram a considerar o conflito árabe-israelense dentro do maior contexto da competição EUA-União Soviética. A partir da Administração Carter, os EUA aumentavam cada vez mais seus compromissos de segurança. Essa abordagem continuou durante o governo do Presidente Reagan, que inequivocamente categorizou Israel como um “aliado-chave”. Hoje em dia, apesar de não ser membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte — OTAN, Israel desfruta de uma inquestionável situação de aliado especial dos Estados Unidos. Para ilustrar este fato, Lewis escreve: “O contraste com a década de 70 não pode ser maior.

**A partir da Administração Carter, os EUA aumentavam cada vez mais seus compromissos de segurança. Essa abordagem continuou durante o governo do Presidente Reagan, que inequivocamente categorizou Israel como um “aliado-chave”. Hoje em dia, apesar de não ser membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte — OTAN, Israel desfruta de uma inquestionável situação de aliado especial dos Estados Unidos. Para ilustrar este fato, Lewis escreve: “O contraste com a década de 70 não pode ser maior. Apesar do inacabado e litigioso trabalho de manutenção da paz, que domina todas as manchetes, na sua maior parte fora da luz da publicidade, Israel e os EUA consolidaram um relacionamento estratégico que, com exceção do nome, é certamente uma aliança em todos os sentidos.”**

Apesar do inacabado e litigioso trabalho de manutenção da paz, que domina todas as manchetes, na sua maior parte fora da luz da publicidade, Israel e os EUA consolidaram um relacionamento estratégico que, com exceção do nome, é certamente uma aliança em todos os sentidos.”<sup>28</sup>

Embora não tão próximas como as relações entre Israel e os Estados Unidos, o relacionamento entre Egito e EUA encontra-se em uma posição sem precedentes. Existe uma maior cooperação entre os dois países para facilitar as negociações entre sírios e israelenses, e entre palestinos e israelenses. Além disso, forças militares norte-americanas e egípcias rotineiramente operam juntas durante exercícios conjuntos. Quando de sua visita ao Egito, em 1999, a Secretária de Estado, Madeleine Albright, salientou a “solidez de nosso relacionamento bilateral, nossa amizade e nosso comprometimento com a paz”.<sup>29</sup>

Tanto Israel como o Egito, valorizam a solidez desse relacionamento construído junto com os EUA. Enquanto essas nações iriam obviamente agir de acordo com seus interesses vitais, sem dúvida alguma, nenhuma delas se arriscaria a perder este relacionamento.

O aumento do número de operações de paz é outra consequência do final da Guerra Fria. Entre 1948 e 1988, a ONU autorizou e apoiou 13 missões de operações de paz. Desde 1988, a ONU já organizou 36 missões desse tipo.

Este aumento tem gerado uma certa preocupação entre os líderes norte-americanos, particularmente dentro do Departamento de Defesa, devido ao crescente número de compromissos das forças norte-americanas.<sup>31</sup>

Enquanto o Egito e Israel apoiam oficialmente a manutenção da *MFO* na sua atual configuração, já houve insinuações, no decorrer dos anos, de que o Egito gostaria de explorar outras alternativas que iriam desde a remoção da *MFO* até a substituição dessa organização por uma força de observadores da ONU.<sup>32</sup> Israel, aparentemente, rejeitou qualquer tipo de mudança, alegando uma certa preocupação e na crença de que a *MFO* possa ser chamada para apoiar futuros acordos entre a Síria e Israel.<sup>33</sup> Este total apoio à *MFO* é típico da posição oficial de Israel, a qual tem permanecido visivelmente estável desde 1982. Um dos principais fatores, é claro, é a segurança custo-benefício. Hoje em dia, Israel conta na fronteira apenas com uma pequena força no Sinai. Antes da existência da *MFO*, Israel mantinha divisões pesadas do Exército nessa área. Embora tecnicamente não seja uma nação “partido”, os EUA exercem uma considerável influência em ambos, Egito e Israel, podendo fazer substancial uso dessa influência se assim desejar.<sup>34</sup>

Dentro do governo dos EUA existe atualmente um movimento conduzido pelo Departamento de Defesa visando a reduzir o apoio norte-americano à *MFO*. Em maio de 1999, o então Vice-Secretário John Hamre indicou publicamente que o Departamento de Defesa considera mudanças apropriadas: “Certamente concordamos que a *MFO* pode sofrer uma redução. Estamos observando uma mudança fundamental no relacionamento entre Israel e Egito, e essa certamente não requer a maciça presença norte-americana na área.”<sup>35</sup> Uma vez que o Departamento de Defesa está a cargo da liderança da *MFO*, qualquer mudança no posicionamento dos EUA deve ser primeiro aprovada pelo sistema interagência. Em 1999 e 2000 vários encontros interagências foram conduzidos sem um resultado conclusivo.<sup>36</sup>

## **Avaliando a *MFO* e os Interesses Nacionais dos EUA.**

Os interesses nacionais dos EUA representam a melhor estrutura para analisar o valor do apoio à *MFO*. A política externa deve agir em apoio direto aos interesses nacionais dos EUA, e para que seja eficaz e relevante, esta política deve ser continuamente avaliada à luz dos avanços globais. Portanto, é apropriado, como rotina, examinar a natureza do apoio à *MFO* a fim de determinar se este apoio ainda é o melhor para os interesses nacionais.

Três interesses vitais dos EUA são adequados nesse sentido. O primeiro é desdobrar uma força militar aprestada capaz de vencer as guerras de nossa nação — um interesse que se encontra venerado na atual Estratégia de Segurança Nacional (*US National Security Strategy — NSS*). Este documento também abrange os interesses vitais dos EUA

Foto: Serviço de Informação Britânico



Posto de observação para morteiros na área de responsabilidade de uma Divisão de Infantaria do Exército dos EUA. Soldados norte-americanos e britânicos observam e transmitem as ordens de fogo, marcando os objetivos na carta.

**O aumento do número de operações de paz é outra consequência do final da Guerra Fria. Entre 1948 e 1988, a ONU autorizou e apoiou 13 missões de operações de paz. Desde 1988, a ONU já organizou 36 missões desse tipo. Este aumento tem gerado uma certa preocupação entre os líderes norte-americanos, particularmente dentro do Departamento de Defesa, devido ao crescente número de compromissos das forças norte-americanas.**

concernentes à estabilidade no Oriente Médio e o estabelecimento da paz naquela região. O presidente Bill Clinton ao concluir uma reunião da Estratégia de Segurança Nacional disse que “os Estados Unidos têm interesses permanentes na obtenção de uma paz justa, duradoura e abrangente no Oriente Médio, garantindo a segurança e o bem estar de Israel, auxiliando os amigos árabes a proporcionarem sua própria segurança, e mantendo o livre fluxo de petróleo a preços razoáveis.”<sup>37</sup> Uma avaliação racional desses três interesses é a chave para determinar o rumo apropriado para o futuro apoio norte-americano à *MFO*.

## Interesses de Segurança da Defesa

É surpreendente que uma grande organização como as Forças Armadas dos EUA seja afetada por missões tão pequenas como a *MFO*. Estes efeitos são manifestados em aumentos parcelados na totalidade do ritmo operacional (*operational tempo* — *OPTEMPO*) e na habilidade das

forças armadas de adestrar suas forças. Os 880 membros das Forças Armadas dos EUA empenhados na missão da *MFO* servem no Batalhão Logístico, Batalhão de Infantaria e como parte do Estado-Maior da *MFO*. Membros do Batalhão Logístico e do Estado-Maior da *MFO* servem por um ano, enquanto um novo Batalhão de Infantaria faz rodízio a cada seis meses.<sup>38</sup>

Missões do tipo da *MFO* reduzem a habilidade do Departamento de Defesa de desdobrar forças aprestadas para missões essenciais, quando requeridas pela Autoridade do Comando Nacional. Da mesma forma que no ambiente geopolítico, o Exército norte-americano (o único que contribui com tropas) também tem sofrido consideráveis mudanças. O Exército (componentes da Ativa e da Reserva) tem hoje um terço a menos de sua força existente em 1979, no entanto com uma estratégia ativa de engajamento global, apóia um maior número de missões no exterior.<sup>39</sup> O resultado desta mudança é um Exército com muito menor flexibilidade e maior ritmo operacional do que o 1º Batalhão,

**Missões do tipo da *MFO* reduzem a habilidade do Departamento de Defesa de desdobrar forças aprestadas para missões essenciais, quando requeridas pela Autoridade do Comando Nacional. Da mesma forma que no ambiente geopolítico, o Exército norte-americano (o único que contribui com tropas) também tem sofrido consideráveis mudanças. O Exército (componentes da Ativa e da Reserva) tem hoje um terço a menos de sua força existente em 1979, no entanto com uma estratégia ativa de engajamento global, apóia um maior número de missões no exterior. O resultado desta mudança é um Exército com muito menor flexibilidade e maior ritmo operacional.**

505º Regimento de Infantaria Aeroterrestre desdobrado em março de 1982 pelo Coronel Garrison. Alguns requisitos da missão *MFO* não são imediatamente óbvios. Por exemplo, para manter um Batalhão de Infantaria no Sinai, na realidade são necessários 3 Batalhões de Infantaria: um no ciclo de adestramento por 4 a 5 meses preparando-se para o desdobramento, outro já no Sinai, e o terceiro no período de recuperação (6 meses) em readestramento após sua participação no Sinai. Outra faceta significativa são os requisitos adicionais impostos ao QG enquadrante durante o adestramento e a missão de recuperação do batalhão. Como já demonstraram vários estudos, o fato é que unidades em readestramento após uma missão tradicional de manutenção da paz (como no caso do Sinai) precisam de mais tempo do que aquelas retornando de uma missão de imposição da paz, devido a considerável diferença em orientação e destreza técnica necessárias entre combate e manutenção da paz.<sup>40</sup> Afora os verdadeiros requisitos da unidade, a necessidade de manter mais de 800 soldados no Sinai aumenta a pressão no restante da força para apoiar as inflexíveis missões já sendo enfrentadas pelo Exército.

Além do majorado ritmo do combate, o apoio à *MFO* também afeta a capacidade do Exército de adestrar seus soldados. Existem, é claro, alguns elementos da *MFO* – tais como pilotos de helicópteros, motoristas de viaturas, e pessoal que lida com explosivos – que recebem excelente adestramento individual durante a sua designação.<sup>41</sup> Para o Batalhão de Infantaria, no entanto, o adestramento sofre uma considerável redução. O Gen Maxwell Thurman ao prestar

testemunho diante de uma comissão do Congresso em 1993 caracterizou o problema claramente:

“As tropas que se encontram atualmente no Sinai — isto é, o batalhão lá desdobrado — não estão conduzindo atividades correspondentes ao seu nível. Se encontram em postos avançados fixos compostos de 8 ou 10 pessoas. Não estão fazendo o tipo de trabalho que gostaríamos que fizessem, caso estivessem aprestando-se para a guerra... Os soldados devem passar por um extensivo regime de adestramento para recuperar o nível de proficiência operacional que possuíam no início.”<sup>42</sup>

Esses acontecimentos também influenciaram a política nacional. Como resultado das experiências obtidas na Bósnia e na Somália, a Administração Clinton se retraiu da política de “multilateralismo agressivo” em 1994 após a publicação da Decisão Diretiva Presidencial 25 (*Presidential Decision Directive 25 — PDD-25*), reformulando as Operações Multilaterais de Paz. Este documento enfatizava que a participação dos EUA em operações de paz deve ser “seletiva e...operações de paz deveriam ser adaptáveis às situações emergentes.” Ainda, a duração das operações deveria estar “associada a objetivos claros e critérios realísticos para a conclusão das operações”.<sup>43</sup> Embora seja difícil identificar esses aspectos na recente operação de paz realizada na Bósnia e em Kosovo, a omissão não justifica negligenciar a tentativa de aplicar essa política em uma operação como a *MFO*. A missão da *MFO*, com 17 anos de duração, está muito aquém dos objetivos descritos na diretiva presidencial.

Neste contexto, a conduta de periodicamente considerar as operações de manutenção da paz como a *MFO*, dentro dos critérios cuidadosamente selecionados da Decisão Diretiva Presidencial 25, resultará num desdobramento parcelado do Exército norte-americano pelo mundo, incapaz de empregar uma força decisiva quando necessário. Segundo a liderança do Exército, o aumento das exigências operacionais resultantes desses desdobramentos “estão debilitando o tecido do nosso Exército”.<sup>44</sup> É uma banalidade que, cada vez com mais frequência, o mundo olha para os Estados Unidos esperando que forneça as forças de vanguarda para ambientes complexos e hostis. Essas obrigações mundiais colocam um alto preço nas FA norte-americanas e sugerem que sejam reservadas apenas para aquelas situações que requerem, sem dúvida alguma, a liderança do Exército dos EUA e o poder proporcionado pela sua tecnologia. Quando as circunstâncias permitirem, reduzir o comprometimento das forças com as missões em curso é um método-chave para garantir que forças adestradas estejam disponíveis para as missões de maior prioridade. A probabilidade de que outra *MFO* seja requisitada e desdobrada para as Colinas de Golã em apoio a um acordo entre Israel e Síria atribui mais importância a esse estudo.

Soldados do Exército dos EUA descarregam um helicóptero UH-60I Blackhawk de um avião C-5 Galaxy na base aérea do Cairo, no Egito, durante o Exército Bright Star 99/00, no dia 2 de outubro de 1999. O exercício conjunto contou com mais de 50.000 participantes de 11 países.

Foto: Departamento de Defesa



Embora não tão próximas como as relações entre Israel e os Estados Unidos, o relacionamento entre Egito e EUA encontra-se em uma posição sem precedentes. Existe uma maior cooperação entre os dois países para facilitar as negociações entre sírios e israelenses, e entre palestinos e israelenses. Além disso, forças militares norte-americanas e egípcias rotineiramente operam juntas durante exercícios conjuntos. Quando de sua visita ao Egito, em 1999, a Secretária de Estado, Madeleine Albright, salientou a “solidez de nosso relacionamento bilateral, nossa amizade e nosso comprometimento com a paz”.

## Estabilidade e Segurança para Israel e Egito

A segurança e a estabilidade de Israel e do Egito continuam a ser de interesse vital para os Estados Unidos. Contudo, a constituição atual da *MFO* deixou de ser necessária para garantir a segurança e estabilidade desses estados, dado as decisões políticas impregnadas nos mais altos níveis de ambas as nações. Além do mais, devido as sólidas garantias de segurança consistentemente dadas a Israel, e num grau mais baixo ao Egito, sem mencionar o prestígio de ser o mediador durante os acordos do Camp David, será inconcebível que o governo de qualquer nação possa fazer um erro de cálculo quanto à resposta dos EUA à violação de qualquer acordo.

A *MFO* foi criada para prover ao Egito e a Israel um

corpo profissional e imparcial que auxiliasse na administração do novo acordo de paz. Tal foi necessário e adequado em 1979, à luz da preocupação de ambas as partes sobre a segurança e soberania territoriais. Mas, o mundo do ano 2000 é muito diferente. Desde o estabelecimento da *MFO* em 1982, não houve violações significativas do acordo de paz por nenhum país.<sup>45</sup> É possível que a *MFO* tenha dissuadido violações durante esse período, mas, sem dúvida, a paz tem sido mantida principalmente através da determinação de ambas as nações em acatar os termos do acordo. Peritos em operações de manutenção da paz aludem ao acordo de ambas as nações e à sua intenção de respeitar os termos do acordo como um dos ingredientes mais importantes para uma paz duradoura.<sup>46</sup> Dezesete anos de total aderência ao acordo indica uma positiva justificativa para

**A MFO foi criada para prover ao Egito e a Israel um corpo profissional e imparcial que auxiliasse na administração do novo acordo de paz. Tal foi necessário e adequado em 1979, à luz da preocupação de ambas as partes sobre a segurança e soberania territoriais. Mas, o mundo do ano 2000 é muito diferente. Desde o estabelecimento da MFO em 1982, não houve violações significativas do acordo de paz por nenhum país. É possível que a MFO tenha dissuadido violações durante esse período, mas, sem dúvida, a paz tem sido mantida principalmente através da determinação de ambas as nações em acatar os termos do acordo.**

apoiar a crença de que o cálculo geopolítico básico foi fundamentalmente alterado entre Egito e Israel, com a crença de que a agressão armada não é mais considerada uma opção. A presença da *MFO*, sem dúvida essencial durante os primeiros anos, deve ser considerada um fator independente na manutenção dessa política pelas partes interessadas.

Qualquer partidário do papel da *MFO* como força regional estabilizadora pode argumentar que, sem a sua presença para dissuadir ou denunciar violações, poderá haver um retrocesso às condições hostis entre dois estados. O pior cenário sugeriria um líder sem caráter assumindo o poder de uma das nações beligerantes. Ou talvez, para satisfazer uma facção extremista, um líder poderá considerar a violação dos termos do acordo.<sup>47</sup> A neutralização óbvia para cada uma dessas possibilidades seria estar ciente de que os meios de reconhecimento dos EUA teriam condições, quase imediatas, de detectar mudanças no dispositivo das forças militares em tempo hábil para realizar antecipadamente uma ação. O Deserto do Sinai, com suas grandes extensões, vegetação esparsa, e em geral céu claro, é perfeito para a realização de reconhecimento aéreo. Sendo o principal mediador nas negociações em Camp David, os Estados Unidos certamente não permitiriam uma violação do acordo passar despercebida e arriscar grande perda no seu prestígio e à paz na região.

Já foi sugerido que a presença dos EUA na *MFO* é um símbolo visível do compromisso desta nação à segurança de Israel.<sup>48</sup> No mundo de hoje, a presença física de quase

800 homens tem sido completamente empanada pela condição, sem precedente, do relacionamento de segurança entre Israel e Estados Unidos. Como já foi descrito, este relacionamento cresceu desde 1977 ao ponto de que, atualmente, os presidentes norte-americanos sempre expressam apoio militar irrestrito a Israel, caso sua segurança seja ameaçada.<sup>49</sup> Um último fator para dissuadir violações a acordos é o risco de danos incalculáveis ao relacionamento que ambos, Israel e Egito, vêm cuidadosamente construindo com os Estados Unidos durante os últimos 20 anos.

Mesmo separada das realidades políticas, examinada como um instrumento para verificar o cumprimento de tratados e proteger a segurança, a *MFO* deixou de ser a melhor ferramenta. A diferença entre as capacidades da unidade de observadores civis e as unidades de forças militares é significativa. Embora a unidade de observadores civis conte com menos de 30 homens, ao maximizarem sua habilidade de deslocamento por todo o Sinai, ela reafirma a confiança de que o tratado está sendo observado. Por outro lado, para que os Batalhões de Infantaria detectem uma violação do acordo, os violadores têm de literalmente passar a uma distância que possa ser vista através de binóculos desde os postos avançados da Zona C. É um axioma da doutrina de manutenção da paz que “nos casos onde o controle está sendo bem-sucedido a unidade pode ser reduzida para um grupo de observadores”.<sup>50</sup> Pelo menos, tal mudança é possível no momento. Reconhecimento aéreo norte-americano trabalhando em conjunto com uma pequena força móvel de observadores operando em todo o Sinai, poderia prover relatórios mais confiáveis e baratos sobre as possíveis violações do acordo.

## **Acordo de Paz Total**

Na verdade, alterar o apoio norte-americano à *MFO*, em particular neste momento crítico, poderia dramaticamente afetar a meta dos EUA por uma paz duradoura no Oriente Médio. Israel já conseguiu fazer acordos com a Jordânia e o Egito. Contudo, a implementação total dos Acordos Wye River de 1998 com os palestinos continua problemática e, o mais importante é que as negociações mediadas pelos EUA com a Síria, embora preocupante em fevereiro de 2000, provavelmente serão retomadas quando o sucessor de Assad estiver firmemente instalado. Vale lembrar que a Síria é o último país na fronteira de Israel com um exército capaz de se opor. Recentemente um membro da Administração Clinton caracterizou os benefícios de um tratado entre Síria e Israel como a prevenção em potencial de uma provável aliança entre Síria, Iraque e Irã, ao mesmo tempo servindo como uma base para uma paz completa no conflito árabe-israelense, a estabilidade em todas as fronteiras com Israel, o isolamento do Iraque e o aumento da pressão para a moderação política no Irã.<sup>51</sup> O desafio óbvio nas negociações entre Israel e Síria é proporcionar ao primeiro adequadas garantias de segurança em troca de abandonar o controle das Colinas de Golã.<sup>52</sup> Manter a *MFO* na sua atual configuração durante as negociações confere apoio a uma paz duradoura na região, ao

demonstrar publicamente o compromisso norte-americano a um já concluído acordo de paz, e por prover uma organização de manutenção de paz que pode ser chamada a supervisionar as medidas de segurança nas Colinas de Golã.

Transferir as Colinas de Golã para a Síria é um tema emocional e contencioso para Israel. Essas colinas dominam o norte de Israel e foram cenário de árduas batalhas durante as guerras de 1967 e 1973. Sem dúvida, será difícil para o Primeiro Ministro Barak conseguir apoio doméstico para um acordo com a Síria porque, segundo as pesquisas de opinião, 90% dos cidadãos acreditam que o país não deveria desistir das Colinas de Golã.<sup>53</sup> Dada a “constante necessidade israelense de reafirmação sobre sua segurança” e acrescentando a variável de mudar a estrutura da *MFO* bem no meio das negociações com a Síria, poderiam prejudicar a tentativa do primeiro ministro Barak de forjar um apoio doméstico para o acordo.<sup>54</sup>

Embora as Nações Unidas tenham mantido, desde 1974, a Força de Desengajamento da ONU nas Colinas de Golã, existe uma grande expectativa de que Israel irá exigir o estacionamento de uma “pseuda-*MFO*” como condição para a entrega das Colinas de Golã.<sup>55</sup> O ex-primeiro ministro de Israel, Yitzhak Rabin, já afirmou que empregaria a *MFO* como um modelo para Golã, e é sabido que o Partido Trabalhista Israelense em geral apoia esse conceito.<sup>56</sup> Israel é a favor do modelo *MFO* por duas razões: dá a Israel muito mais controle como “sócio participante” da organização de manutenção da paz do que sobre a difusa supervisão das equipes da ONU, e a *MFO* não está sujeita aos trâmites da ONU no momento da renovação do seu mandato.<sup>57</sup> Dado o entusiasmo para conseguir um acordo de paz entre Síria e Israel, é difícil imaginar um presidente norte-americano recusando tal condição, se a mesma fosse a chave para as negociações.

A possibilidade de a *MFO* ser mudada ou ampliada para proteger as Colinas de Golã seria lamentável porque a Força de Desengajamento da ONU é considerada uma organização de paz profissional de muito sucesso.<sup>58</sup> Esperando que a Síria e Israel adiram aos acordos de paz, a expectativa será de que a Força de Desengajamento continue a cumprir seu papel no qual tem considerável conhecimento e experiência. Entretanto, uma avaliação realista da situação deverá considerar a quase inevitável inclusão de peritos em operações de paz norte-americanos num acordo mediado pelos EUA. De qualquer forma, até que seja resolvido o problema de manutenção da paz em Golã, seria imprudente promulgar mudanças radicais na *MFO*.

## Recomendações e Sumário

Deixando de lado o requisito, relativamente a curto prazo, para apoiar as negociações agora em andamento entre Síria e Israel, não restam dúvidas que o apoio prestado à *MFO* na sua atual configuração não mais serve aos interesses nacionais dos EUA. A manutenção de forças norte-

**Deixando de lado o requisito, relativamente a curto prazo, para apoiar as negociações agora em andamento entre Síria e Israel, não restam dúvidas que o apoio prestado à *MFO* na sua atual configuração não mais serve aos interesses nacionais dos EUA. A manutenção de forças norte-americanas no Sinai desgasta as já exaustas Forças Armadas com um requerimento que pode ser conseguido, de forma mais eficaz, por outros meios.**

americanas no Sinai desgasta as já exaustas Forças Armadas com um requerimento que pode ser conseguido, de forma mais eficaz, por outros meios. Operações de manutenção da paz são planejadas para monitorar e facilitar a implementação dos armistícios ou acordos de cessar-fogo existentes e apoiar os esforços diplomáticos para que alcancem acordos políticos a longo prazo.<sup>59</sup> A *MFO* refletiu uma inteligente separação daquela doutrina. Devido a história dos conflitos entre árabes e israelenses, e dada a preocupação de Israel pela sua segurança, o estabelecimento da *MFO* era adequado para ajudar a forjar o armistício. Vinte anos mais tarde, reconhecendo o mérito de todas as nações envolvidas nesse processo, pode-se dizer que todos estão respeitando o acordo. Várias opções estão disponíveis para decretar as mudanças apropriadas resultantes das mudanças regionais e globais: dar fim a missão da *MFO*, submeter a *MFO* à aprovação da ONU para realizar uma missão de observadores de paz sob a Organização de Supervisão de Armistício da ONU, persuadir as partes envolvidas para promover a *MFO* a uma força de observação, ou a combinação dessas abordagens.

Uma análise crítica indica que a dissolução completa da *MFO* deveria ser o objetivo final. Em um relacionamento amadurecido entre egípcios e israelenses a *MFO* é um anacronismo. A dissolução da *MFO* seria uma indicação para a comunidade mundial de que Israel e Egito tomaram o último passo para completar a normalização das relações, e o término do conflito, caso seja negociado corretamente, pode levar à sua resolução. Existem, contudo, legítimas restrições no acordo, exigindo ainda uma supervisão por uma terceira parte imparcial. Até que as relações entre Israel e Egito cheguem ao estágio no qual essas restrições possam ser mutuamente acordadas como sendo desnecessárias ou “auto-policidadas”, sempre haverá a necessidade de uma terceira parte que monitore a situação.

Para que esse requisito seja preenchido, seria apropriado

sugerir que a ONU assumisse a missão da *MFO*, passando a tarefa para a sua Organização para Supervisão de Trégua. Afinal de contas, a ONU já conta com observadores no Sinai, um quartel-general e ampla experiência com manutenção da paz entre Israel e seus vizinhos árabes. A presença da Organização para Supervisão de Trégua da ONU no Sinai poderia ser aumentada para abranger mais essa tarefa. Essa opção também contribuiria para uma melhor percepção internacional da ONU como sendo líder indiscutível em operações de manutenção da paz. Esse fato só viria aumentar o seu prestígio e poder.<sup>60</sup> Infelizmente, no Oriente Médio, a Organização de Supervisão de Trégua da ONU, pelo menos o seu QG não goza de muito boa reputação. Em particular, Israel nunca aprovou uma supervisão dos acordos de segurança do Sinai pela Organização para Supervisão de Trégua da ONU ou pela ONU, provavelmente devido às suas experiências com a *UNEFI* e a *UNIFIL* e, quase certo, vetará qualquer sugestão desse tipo.<sup>61</sup> A relutância de Israel, entretanto, não deveria dissuadir os formuladores da política de explorarem este meio. Com uma certa quantidade de reformas já acordadas dentro da própria Organização para Supervisão de Trégua da ONU, Israel poderá ser persuadido para adotar essa linha de ação.

Enquanto se procura transferir essa responsabilidade para a ONU, os esforços norte-americanos para influenciar ambas as partes e fazer uma troca na estrutura da *MFO* para refletir as realidades políticas e eficácias, deveriam ser iniciados paralelamente. Uma mudança que poderia ser feita quase que de imediato (e ao mesmo tempo manter-se no mesmo nível do atual apoio logístico) é contratar apoio, eliminando o 1º Batalhão de Apoio dos EUA.<sup>62</sup> A primeira mudança a ser implementada, entretanto, seria propor que os Batalhões de Infantaria fossem enviados de volta para os seus respectivos países e que toda a estrutura de apoio, com exceção do que for necessário para apoiar um grupo, um pouco maior, de observadores civis, fosse desmantelada. O grupo de observadores civis deveria ser aumentado e diversificado para incluir pessoas de outros países além dos EUA. Este deveria aprovar que uma pequena célula fosse estabelecida dentro do QG da força da *MFO* capaz de receber conhecimentos de inteligência dos EUA, inclusive

informações por imagens. Quando apropriado, esta célula poderia sugerir ao comandante da força que os inspetores do grupo de observadores civis fossem enviados para certos locais a fim de investigar suspeitas de infrações ao acordo, sem violar certos requisitos de divulgação.

Após quase 20 anos, é chegada a hora de fazer planos para adaptar ou terminar o compromisso dos EUA com o Sinai, a fim de preservar a liberdade de ação norte-americana para outras situações de maior necessidade. Na verdade, acionar essa mudança deverá ser postergada até que as atuais negociações entre Israel e Síria cheguem a um fim. Mudanças substantivas poderiam ser suspensas durante um ano, tempo suficiente para determinar a possibilidade de um acordo. À medida que progredirem as conversações entre sírios e israelenses, seria aconselhável que os Estados Unidos empregassem as lições colhidas da *MFO*. Considerando-se os sábios requisitos da Decisão Diretiva Presidencial 25, os EUA deveriam insistir nos três pontos-chave caso a presença dos mantenedores de paz norte-americanos nas Colinas de Golã seja necessária para completar o acordo. O primeiro é um *quid pro quo*, em troca dos mantenedores da paz norte-americanos nas Colinas de Golã, a *MFO* no Sinai deveria ser seriamente reduzida ou transferida para a ONU. Segundo, deveria ser incluído no protocolo do acordo um mecanismo para a realização de revisões periódicas das cláusulas de manutenção de paz de Golã, sendo os EUA um participante integral desta avaliação. Terceiro, dado o impacto nas FA norte-americanas, deveria insistir-se de que fossem providos “observadores” militares ao invés de “forças”. Essas três condições indicariam para o mundo que as missões de manutenção da paz, especialmente as lideradas pelos EUA não são permanentes, e que as outras nações devem estar preparadas para operar na sua eventual ausência.

Finalmente, é fundamental lembrar que as preocupações, tanto do Egito quanto de Israel, devem ser abordadas em sua totalidade quando se decidir quais as mudanças a serem efetuadas no Sinai e na *MFO*. Seu contínuo apoio à paz é fundamental para que os EUA consigam alcançar seus interesses vitais na região. **MR**

---

## Referências

1. Angus Deming, "Waiting for the Zero Hour," publicado na revista *Newsweek*, 29 de março de 1982, p. 33. Washington Post Foreign Service, "U.S. Troops Assigned to Multinational Peacekeeping Force Take Position in Sinai," publicado no jornal *The Washington Post*, 18 de março de 1982, seção. A, p. 18.

2. Joshua Sinai, "United Nations and Non-United Nations' Peacekeeping in the Arab-Israeli Sector: Five Scenarios," publicado no *Middle East Journal* (Autumn 1995). Informação fornecida também pelo Coronel Larry Forster, Escola de Guerra do Exército dos EUA e ex-membro da *MFO*, abril de 2000. Mala Tabory, *The Multinational Force and Observers in the Sinai* (publicado em Boulder, Colorado pela editora Westview Press, 1986), p. 115. Tabory afirma que o Egito quer que a Organização da ONU para Supervisão de Tréguas (*UN Truce Supervisory Organization - UNTSO*) permaneça no Sinai na esperança que a missão de

manutenção da paz seja eventualmente transferida para a ONU.

3. Nathan A. Pelcovits, *Peacekeeping on Arab-Israeli Fronts* (publicado em Boulder, Colorado pela editora Westview Press, 1984), p. 5.

4. Tabory, pp. 3-7, 36.

5. John Mackinlay, *An Assessment of Peacekeeping Operations at the Arab-Israeli Interface* (publicado em London pela editora Unwin Hyman, 1989), pp. 177-80.

6. William Quandt relata que outros problemas também foram resolvidos no mesmo dia em que o acordo foi assinado, tal como os tratados sobre petróleo e as garantias de segurança para Israel, mas que os "problemas do planejador e do cartógrafo não seriam um transtorno no dia da cerimônia de assinatura em 26 de março de 1979". William B. Quandt, *Camp David, Peacemaking and Politics* (publicado em Washington

pela editora Brookings Institution, 1986), pp. 312-13; ver também, Tabor, p. 3.

7. Rodney Goutmann, *Bondi in the Sinai* (publicado em Lanham, Maryland pela Univ. Press of America, 1996), p. 30.

8. *Ibid.*, p. 19.

9. Secretário Geral Waldheim argumenta que a manutenção de paz da ONU era apropriada para manter o acordo de cessar-fogo até que as partes chegassem a um consenso sobre a solução política, mas era imprópria em casos onde um acordo de paz formal já havia eficazmente dado fim ao conflito. Sinai, p. 635.

10. Tabor, pp. 6-7.

11. Força e Observadores Multinacionais, Relatório Anual de 1999: *Servants of Peace: Peacekeeping in Progress* (Roma, Itália: *Multinational Force and Observers*, 1999), pp. 8-9, 60-61.

12. Tabor, p. 107.

13. Robert Krantz, oficial encarregado do *Office of Multinational Force and Observers Affairs, Peace Process and Regional Affairs, Bureau of Near Eastern Affairs*, Departamento de Estado dos EUA, entrevista pelo autor, 1º de dezembro de 1999, Washington, D.C.

14. Tabor, p. 15.

15. Pelcovits, p. 79.

16. Força e Observadores e Multinacionais, *Servants of Peace*, p. 13.

17. Robert B. Houghton e Frank G. Trink, *Multinational Peacekeeping in the Middle East* (publicado em Washington pela Foreign Service Institute, 1984), p. 57.

18. Força e Observadores e Multinacionais, *Servants of Peace*, pp. 18-24.

19. *Ibid.*, pp. 27-29. Os números variam.

20. Mackinlay, pp. 177, 183-86.

21. Tabor, p. 3.

22. Força Observadores e Multinacionais, *Servants of Peace*, p. 20.

23. Houghton e Trink, pp. 21-26.

24. Mackinlay, p. 160.

25. Frank Gregory, *The Multinational Force — Aid or Obstacle to Conflict Resolution?* (publicado em Londres pelo Institute for the Study of Conflict, 1984), p. 3. Ver também Houghton e Trink, pp. 56, 94; e Pelcovits, p. 70.

26. Moshe Ma'oz, "From Conflict to Peace? Israel's Relations with Syria and the Palestinians," publicado no *Middle East Journal*, 53 (Summer 1999), p. 401.

27. A esse respeito houve uma certa decepção, principalmente por parte do Egito, porque faltou um maior relacionamento econômico entre os dois países. Stephen J. Glain, "Israel's Neighbors Miss Economic Bounce — Peace Treaties Were Aimed Mainly at Security Items, Not Investment or Trade", publicado no jornal *The Wall Street Journal*, 27 de julho de 1999, seção. A, p. 19.

28. Ex-Embaixador em Israel, Samuel W. Lewis argumenta: "Durante o governo do presidente Carter, no final da década de 70, a crença geral era que Israel podia ser visto como qualquer coisa, menos como uma vantagem estratégica para os EUA. Pelo contrário, Israel era considerado no Pentágono, e na maioria das repartições norte-americanas, como um fator difícil para as estratégias regionais dos EUA realizadas para frustrar a influência soviética. Samuel W. Lewis, "The United States and Israel: Evolution of an Unwritten Alliance," publicado no *Middle East Journal* (Summer 1999), p. 375. Um exemplo de um bom relacionamento talvez possa ser melhor observado na área de alerta contra mísseis balísticos — atualmente Israel recebe informações quase instantâneas sobre o lançamento de mísseis desde satélites norte-americanos. Lewis, pp. 367-70.

29. Secretária de Estado Madeleine K. Albright e o Ministro de Relações Exteriores do Egito Amre Moussa, "Conferência com a Mídia", 2 de setembro de 1999. Internet, <http://www.state.gov/www/statements/1999/990902.html>, obtida em 17 de janeiro de 2000.

30. Robert L. McClure and Morton Orlov II, "Is the UN Peacekeeping Role in Eclipse?" publicado na revista *Parameters* (Autumn 1999).

31. Vice-Secretário de Defesa John Hamre, respondendo a pergunta: "Estamos muito envolvidos para a nossa estrutura de força?" — "Minha opinião é que estamos tão engajados quanto podemos." "John Hamre, "Aprestamento Militar além da Guerra de Kosovo, segundo oficial com alto cargo do Pentágono, pode enfrentar ainda mais uma contingência." Entrevista realizada por Morton Kondracke, *Roll Call*, 17 de maio de 1999, p. 3. Ver também, Louis Caldera e Dennis J. Reimer, *A Statement on the Posture of the United States Army Fiscal Year 2000*, apresentado ao 106º Congresso, 1ª Sessão. (Washington: Departamento do Exército dos EUA, 1999), p. 73.

32. Pelcovits, p. 73; e Tabor, p. 115.

33. Sharone Parnes, "Egypt Seeks Sinai Force Withdrawal or Cutback", publicado no *Defense News*, 9-15 de janeiro de 1995, p. 10.

34. Temas concernentes a MFO são discutidos anualmente na Conferência Trilateral da MFO em Roma. Entrevista realizada por Krantz, 1º de dezembro de 1999.

35. Hamre, p. 3.

36. Entrevista realizada por Krantz, 1º de dezembro de 1999.

37. William J. Clinton, *Uma Nova Estratégia de Segurança para o Novo Século (A National Security Strategy for a New Century)* (Washington: The White House, Outubro de 1998), pp. 5, 51.

38. Coronel Ronnie Foxx, "Brefin sobre Observadores e Força Multinacionais" —

XVIII Corpo Pára-quedista. E-3 da Divisão da MFO, outubro de 1999.

39. Caldera e Reimer, p. 82.

40. Ver Jenny Solon, "The Effects of Peace Operations on Unit Readiness" (Forte Leavenworth, KS: Centro de Ensinamentos Colhidos do Exército, 8 de junho de 1998), p. 3. Internet, [http://call.army.mil/CALL/spc\\_sdy/unitrdy/execsum.htm](http://call.army.mil/CALL/spc_sdy/unitrdy/execsum.htm), obtida em 19 de novembro de 1999. Ver também Charles C. Moskos, *Peace Soldiers: The Sociology of a United Nations Military Force* (publicado em Chicago pela Univ. of Chicago Press, 1996). O Sr. Moskos analisa os efeitos resultantes do desenvolvimento de ética policiada entre forças de manutenção da paz e seus resultados sobre a ética da guerra.

41. Larry Lane, "Flying for the Multinational Force and Observers," publicado na revista *Soldiers*, abril de 1997, p. 14; e Steve Harding, "Soldiers in the Sinai", publicado na revista *Soldiers*, agosto de 1998, p. 48.

42. John G. Roos, "The Perils of Peacekeeping, Tallying the Costs in Blood, Coin, Prestige and Readiness," publicada na *International Peacekeeping* (Autumn 1994), p. 17. Embora a MFO tenha tentado aumentar as oportunidades de adestramento ao permitir, por exemplo, exercícios de fogo real no nível pelotão, o adestramento não satisfaz. Durante um rodízio no Sinai, 41% dos membros de um Batalhão de Infantaria norte-americano queixaram-se de estar entediados, sinal que a missão ou o adestramento não apresentavam suficientes desafios. David R. Segal e Ronald B. Tiggel, "Attitudes of Citizen Soldiers Toward Military Missions in the Post-Cold War World," publicado na revista *Armed Forces and Society* (Spring 1997).

43. William J. Clinton, "The Clinton Administration's Policy on Reforming Multilateral Peace Operations" (Washington: The White House, maio de 1994), pp. 59-61. Ver também o artigo de Ivo H. Dalder, "Knowing When to Say No: The Development of US Policy for Peacekeeping", no livro *UN Peacekeeping, American Policy, and the Uncivil Wars of the 1990s*, editado por William J. Durch (New York: Henry L. Stimson Center, 1996), pp. 35-67, para maior esclarecimento sobre a formação do PDD-25.

44. Caldera e Reimer, p. 73.

45. Entrevista com Krantz, 1º de dezembro de 1999.

46. Houghton e Trink, p. 56; Pelcovits, p. 14; e Gregory, p. 3.

47. Entrevista com Krantz, 1º de dezembro de 1999.

48. Tabor, p. 118.

49. William J. Clinton, "Joint Statement by President Clinton and Prime Minister Ehud Barak", 19 de julho de 1999. Internet, <http://www.state.gov/www/regions/nea/990719> obtida em 23 de novembro de 1999. Nessa conferência o Presidente Clinton confirmou o inabalável compromisso dos EUA para a segurança de Israel.

50. James J. Allen, *Peacekeeping: Outspoken Observations by a Field Officer* (publicado em Westport, Connecticut pela Praeger em Series in War Studies, 1996), p. 136.

51. Martin Indyk, Vice-Secretário de Estado para Assuntos do Oriente Médio "I Must Be Optimistic About Arab-Israeli Relations", entrevista de Daniel Pipes e Patrick Clawson, publicada na revista *Middle East Quarterly* (março de 1999).

52. David Makovsky, "What Price Peace? The Key is the Golan Heights, but Israel and Syria Still Have a Lot of Dickering to Do", publicado na revista *U.S. News and World Report*, 23 Agosto de 1999, p. 28.

53. Ma'oz, p. 414.

54. Lewis, p. 376. Lewis descreve a constante necessidade de Israel para reafirmar a sua segurança.

55. Brent Crockett, "A U.S. Role on the Golan Heights?" Publicada no jornal *The New York Times*, de 6 de janeiro de 2000, seção. A, p. 25.

56. Parnes, p. 10.

57. Sinai, p. 641

58. Mackinlay, pp. 5, 149. Ver também Sinai, p. 642, que afirma, "Força de Operação da ONU para Desengajamento (*UNDOF — UN Disengagement Observer Force*) é universalmente considerada uma das operações de manutenção de paz mais eficazes da ONU".

59. No critério de manutenção de paz tradicional desenvolvido em consequência da experiência da II Força de Emergência da ONU (*Second United Nations Emergency Force — UNEF II*), ver UN Document S/11052/Rev, 27 October 1973; Ver o artigo de Brian Urquhart, "Beyond the Sheriffs' Posse," publicado na revista *Survival* (Maio/Junho 1990); e Brian Urquhart, *A Life in Peace and War* (publicado em Nova York pela Harper and Row, 1987), pp. 241-42.

60. Ver Houghton e Trink, p. 94, os quais concluíram que "visando a manutenção do prestígio e poder da ONU, é do interesse da comunidade internacional continuar a depositar a maior confiança na ONU em suas operações para a manutenção da paz nas áreas mais perturbadas do mundo".

61. Tabor, p. 3. Ver também Allen, pp. xvi, 43. Allen compartilha a percepção de Israel sobre a ONU e a Organização Supervisora de Trégua da ONU (*UNTSO — United Nations Truce Supervisory Organization*): o QG da UNTSO dava a impressão de ser lento, inflexível, hostil às sugestões construtivas e excessivamente burocrático". Referindo-se em geral às operações de manutenção de paz da ONU, Allen sugere que "nunca haverá suficiente análise por parte da burocracia da ONU" e que "para administração de manutenção de paz da ONU, ela deve ser primeiro destruída".

62. Comentários do Coronel Larry Forster, Escola de Guerra do Exército dos EUA, antigo membro da MFO, abril de 2000.

*O Tenente-Coronel Thomas W. Spoehr é diretor, diretório de integração DTLOMS, Escola de Química do Exército dos EUA no Forte Leonard Wood, Missouri. Este artigo foi escrito quando ele cursava a Escola de Guerra do Exército dos EUA. Possui os títulos de Bacharel pelo College of William and Mary, em Williamsburg, Virginia, e de Mestre pela Webster University em St. Louis. Foi comandante do 84º Batalhão de Guerra Química no Forte McClellan, Alabama, e serviu como planejador de exercício no Comando Espacial dos EUA, na Base Aérea Peterson, no Colorado.*